



Município da Marinha Grande
Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
22/04/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 12

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
22/04/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 12

Aos vinte e dois dias do mês de abril de dois mil e dezasseis, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência do Presidente, Paulo Jorge Campos Vicente, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- António Manuel Jesus Ferreira dos Santos;
- Aurélio Pedro Monteiro Ferreira;
- Carlos Alberto Fernandes Logrado;
- Cidália Maria de Oliveira Rosa Ferreira;
- Vítor Manuel Fernandes Pereira.

O Sr. Presidente abriu a reunião, eram 14:30 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objecto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se menciona expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

ORDEM DO DIA

1. PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO
2. APROVAÇÃO DA ATA N.º 11, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 14 DE ABRIL DE 2016
3. APROVAÇÃO DO MAPA DE FLUXOS DE CAIXA DA GERÊNCIA ANTERIOR, ANO DE 2015 - RETIFICAÇÃO DE DELIBERAÇÃO CAMARÁRIA DE 26 DE JANEIRO DE 2016
4. CUMPRIMENTO DO PRECEITUADO NA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ART.º 15.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL – ADENDA À DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTOS EM ATRASO EXISTENTES A 31 DE DEZEMBRO DE 2015 REFERENTE A RECEITAS FISCAIS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA B) DO N.º 1 DO ART.º 15.º DO MESMO DIPLOMA
5. INVENTÁRIO DE TODOS OS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS E RESPECTIVA AVALIAÇÃO, RELATIVO AO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2015

6. APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2015 DA EMPRESA MUNICIPAL TUMG – TRANSPORTES URBANOS DA MARINHA GRANDE E.M., UNIPESSOAL, S.A.
7. APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2015 DE ENTIDADES PARTICIPADAS PELO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE: ADCL – ÁGUAS DO CENTRO LITORAL, S.A., VALORLIS, S.A., LUSITÂNIA GÁS, S.A. CENTIMFE, OPEN E COOPOVO CRL
8. DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE RELATIVOS AO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2015
9. REQ. N. 600/16, DATADO DE 15/04/2016 – PC N.º 52/16, DATADO DE 10/02/2016 – CARLA SOFIA AMORIM ROSA
10. REQ. N. 605/16, DATADO DE 18/04/2016 – PC N.º 69/16, DATADO DE 02/03/2016 – SOLO E BETÃO - COMPRA E VENDA DE IMÓVEIS PARA REVENDA E CONSTRUÇÃO CIVIL LDA.
11. REQ. N. 1982/15, DATADO DE 30/12/2015 – PC N.º 510/15, DATADO DE 30/12/2015 – SOLO E BETÃO - COMPRA E VENDA DE IMÓVEIS PARA REVENDA E CONSTRUÇÃO CIVIL LDA.
12. REQ. N. 449/16, DATADO DE 24/03/2016 – PC N.º 460/15, DATADO DE 09/12/2015 – LUÍS CARLOS FERREIRA MENDES E VANESSA ISABEL VENTURA PEDROSO DOS SANTOS
13. REQ. N. 599/16, DATADO DE 15/04/2016 – PC N.º 136/16, DATADO DE 15/04/2016 – BRAUN'S SOHNE - PORTUGAL, LDA
14. REQ. N. 562/16, DATADO DE 12/04/2016 – PC N.º 129/16, DATADO DE 12/04/2016 – DIRECÇÃO REGIONAL DE AGRICULTURA E PESCAS DO CENTRO
15. ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS
16. CEDÊNCIA DAS INSTALAÇÕES DO POSTO DE TURISMO DE S.PEDRO DE MUEL À ASSOCIAÇÃO PARA A PROMOÇÃO DO TURISMO DE S. PEDRO DE MUEL PARA DIVULGAÇÃO E PROMOÇÃO DE S.PEDRO DE MUEL
17. PROPOSTA DE FIXAÇÃO DE PREÇO – CATÁLOGO DA EXPOSIÇÃO TEMPORÁRIA “À ESPERA DE ULISSES”, DE MANUELA CASTRO MARTINS
18. RESUMO DE TESOURARIA

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

1 - PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO

Nos termos do previsto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 49.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi concedido um período para intervenção e esclarecimento ao público.

Inscreveu-se e foi atendido o seguinte munícipe:

1 - Sr. Ricardo Miguel Barata Simões, residente na Rua Algar d'Era, nº 10 - Maxieira, que pretende obter resposta ao pedido com o registo E/9451/2015, onde solicitava autorização para efetuar a venda de farturas e castanhas na Praça Afonso Lopes Vieira, em S. Pedro de Moel, porque só lhe foi concedido um lugar para pipocas. Já vendia farturas desde 2006. Referiu ainda que está a pagar 4 metros e só usufrui de 1 metro.

O **Sr. Presidente** referiu que, ao abrigo do n.º 2 do art.º 20.º do Regulamento da venda ambulante, foi atribuído ao munícipe um lugar para venda de pipocas. Relativamente às farturas, a Chefe da Divisão está a estudar a situação, porque tem a ver com a confecção de bens alimentares ao ar livre. Os serviços de saúde têm que se pronunciar primeiro, e se o parecer for favorável abre-se o lugar.

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** pediu para intervir, porque pretende saber a quem é que o munícipe paga o espaço, uma vez que referiu que paga 4 metros e só usufrui de 1 metro.

O **Sr. Presidente** referiu que a questão do pagamento não tinha sido colocada aquando da inscrição, pelo que neste momento não dispõe de informação dos serviços sobre o pagamento.

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** disse que se trata de uma situação que urge rever.

O **Sr. Presidente** referiu que a situação será analisada, uma vez que o lugar é só para a venda de pipocas.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** verificou a guia apresentada pelo munícipe e confirmou que a mesma se refere a 4 metros quadrados.

O **Sr. Presidente** pediu para tirar cópia das referidas guias.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** questionou para quando a resposta ao pedido do munícipe para a venda dos outros produtos, uma vez que o verão está a chegar.

A **Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira** referiu que se os serviços de saúde têm que se pronunciar o Sr. Presidente não se pode responsabilizar com uma data.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. Vereador António Santos cumprimentou todos os presentes e referiu o seguinte:

- ⇒ Enalteceu e homenageou os Bombeiros Voluntários da Marinha Grande, pela 2.ª Gala, que decorreu no passado sábado. Foi um dia bem passado e o espaço foi pequeno para tanta gente. Deixou o seu bem-haja para todos os bombeiros, que definiu como sendo homens e mulheres que vêm do céu para apagar o inferno aqui na terra.
- ⇒ Referiu que trazia para apresentar uma queixa referente aos candeeiros ao pé do estádio, mas o problema já foi resolvido.
- ⇒ S. Pedro de Moel – o Eng.º Morna voltou a falar-lhe sobre o sinal que se encontra ao cimo da subida da piscina, quando se corta para a Rua do Pôr do Sol, e que está mal colocado, porque não se vê.
- ⇒ Também lhe foram relatadas as seguintes situações, que é necessário ver:
 - Nas Eirinhas e Palhão, em Vieira de Leiria, encontra-se um cano roto a jorrar água há mais de dois meses;
 - Num dos lados do estacionamento das Finanças os candeeiros estão apagados.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira cumprimentou todos os presentes e referiu o seguinte:

- ⇒ Homenageou os Bombeiros Voluntários da Marinha Grande pela organização da sua 2ª gala. Os bombeiros são instituições diferentes de qualquer outra entidade e por isso merecem a nossa melhor atenção e ajuda.
- ⇒ Felicitou as empresas marinhenses Electrofer Internacional e Engtool, por lhes ter sido atribuído o título de empresa gazela. Relembrou que as empresas gazelas são as que registam um crescimento acima de 20% e de criação de pelo menos 10 postos de trabalho, são inovadoras, nasceram há menos de dez anos e faturam mais de meio milhão de euros.
- ⇒ Atratividade do Município – referiu o seguinte:

“Um município enviou um mail para todos nós alertando para o ranking “city brand” que a empresa Bloom Consulting publicou com um estudo sobre atratividade das cidades/municípios/regiões. Este trabalho mede o desempenho e o impacto de cada uma das 308 marcas municipais nos seus públicos-alvo.

O facto mais preocupante deste estudo é que nas três edições, a Marinha Grande tem sempre vindo a descer no ranking (59/64/66)

O município alerta para que 2/3 dos temas procurados sobre o concelho da Marinha Grande dizem respeito ao emprego. Creio não ser surpresa, apenas a confirmação da perceção que existe é de que o nosso concelho tem um enorme potencial de empregabilidade.

No entanto, apesar da procura por emprego, o facto de termos a cair no ranking comprova que as acções tomadas por esta câmara não são decisivas para a atratividade comparativa da nossa cidade no público que pretendemos atingir.

Dar livros a todos os meninos do 1º ciclo, dar um apoio a cada criança que nasce, isentar algumas empresas quando pretendem fazer obras, apenas para referir algumas acções, não são convincentes para que melhoremos no ranking de quem quer viver, visitar ou fazer negócios da Marinha Grande.

A ausência duma estratégia a médio/longo prazo, o serpentear pela marca a criar na Marinha Grande sem definir o rumo, o poupar desmesuradamente mantendo milhões de euros nos depósitos bancários deixando por fazer as infraestruturas estruturantes como seja o desenvolvimento das zonas industriais, as variantes envolventes da cidades, a piscina, o mercado, não criam condições de atratividade para vir e ficar no nosso concelho. Não fora a atividade económica, suportada em empresas de elevado nível tecnológico e a Marinha Grande seria uma terra insignificante, que em vez de ser chamado "município gazela" seríamos mais "município tartaruga" ou "município caranguejo".

Se escutassem as sugestões que tenho dado ao longo deste mandato, os resultados seriam outros e não iriam dizer para os jornais que "continuam disponíveis para aceitar contribuições", quando obviamente isto não é verdade."

A Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho cumprimentou todos os presentes e referiu o seguinte:

- ⇒ Disse que se associava à homenagem aos Bombeiros e que fazia suas as palavras do Sr. Vereador António Santos.
- ⇒ Perguntou ao Sr. Presidente se já tem as respostas ao e-mail que lhe enviou há algum tempo. Se ainda não tem, pretende saber se já estão em elaboração e quanto mais tempo demoram.
- ⇒ Pediu à Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira informações sobre as festas da cidade.

O Sr. Vereador Vítor Pereira cumprimentou todos os presentes e referiu o seguinte:

- ⇒ Deixou um voto aos bombeiros, mas deixou também um alerta, porque tem que se começar a pensar seriamente no futuro dos bombeiros voluntários, que poderemos deixar de ter, e que necessitará de investimento. Fica o louvor e apreço aos bombeiros voluntários, mas entende que é necessário começar a pensar em criar meios para o futuro.
- ⇒ Voltou a colocar a questão do estuarino, na Praia da Vieira. Trata-se de uma obra lançada pelo Estado e não há qualquer tipo de resolução, razão pela qual pediu ao Sr. Presidente que interceda junto de quem de direito do Governo deste País para que as obras sejam concluídas, até porque se aproxima o verão, que é uma época do ano importante para a Vieira de Leiria.

- ⇒ Em relação à intervenção do munícipe, e embora estejam a ser cumpridos os regulamentos, entende que há situações que têm de ser acompanhadas de outra forma. A Câmara cobra mais espaço do que aquele que é utilizado, e depois não deixa lá fazer as faturas. Pessoalmente não vê qualquer diferença entre confeccionar pipocas e faturas. Há que analisar com bom senso e boa vontade, pelo que recomenda que o Sr. Presidente acompanhe pessoalmente esta situação.
- ⇒ Perguntou quais os índices do estudo de que o Sr. Vereador Aurélio Ferreira falou, e que desconhecia, uma vez que não recebeu o mencionado e-mail.
O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** confirmou que o e-mail foi enviado para todos os membros do executivo, para os endereços de e-mail da Câmara.
O **Sr. Vereador Vítor Pereira** disse que não tem acesso a esse e-mail.
- ⇒ A terminar deixou uma saudação especial ao 25 de abril e 1.º de maio, e fez votos para que o povo exerça cada vez mais a sua cidadania.
Deixou também uma homenagem sentida aos capitães de abril e aos trabalhadores deste País, numa altura em que muitas das conquistas de abril estão sendo ameaçadas, e que vê com desagrado que o fosso e as diferenças entre ricos e pobres são cada vez maiores. Apesar de tudo, deixa um voto de alegria pelo 25 de abril, porque senão fosse ele não haveria a liberdade de que hoje se usufrui.
Fica a saudação aos capitães de abril e ao povo, que tão bem soube interpretar a sua vontade, fazendo votos para que esta sociedade possa sofrer alterações significativas relativamente às diferenças que cada vez são mais acentuadas.

O Sr. Vereador Carlos Logrado cumprimentou todos os presentes e referiu o seguinte:

- ⇒ Convidou todos os presentes para a reunião dos grupos de trabalho do PEM, que foi antecipada para a próxima 4.ª feira, devido à realização da Assembleia Municipal na 5.ª feira. Vai ser iniciado um novo tema, referente à promoção turística do concelho, em que estará presente, como convidada, a Dr.ª Isabel Oliveira, do IPL de Peniche.

A Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira referiu o seguinte:

- ⇒ Convidou todos os presentes para se juntarem à CMMG nas atividades do 25 de abril, para, em conjunto, exaltarem esta data e comemorarem a liberdade, valor essencial e comum a todos.
- ⇒ Realçou a visita de ontem do Primeiro Ministro ao CDRESP, que, em termos de empreendedorismo do concelho, a todos enche de orgulho em ser marinhense.
Ainda hoje de manhã, no Auditório do Edifício da Resinagem, se realizou uma iniciativa promovida pela CIMRL, no âmbito do Programa de Empreendedorismo nas escolas, nos vários municípios associados.

- ⇒ Festas da cidade – referiu que não tem consigo o programa completo, mas pode desde já anunciar que na 6.ª feira atuará Cuca Roseta, no sábado Richie Campbell e no domingo Amor Electro. São três grandes nomes de cartaz, para além de outros.

O Sr. Presidente referiu o seguinte:

- ⇒ Corroborou o que a Sr.ª Vereadora Cidália disse sobre a inauguração do CDRESP. A Marinha Grande está no primeiro mundo em termos de tecnologia e inovação. O Sr. Vereador Aurélio fica muito contente com estes rankings, mas a Marinha Grande é apontada como um exemplo a seguir.
- ⇒ Empresas gazela – o Presidente da CMMG, logo que soube, enviou a felicitação às duas empresas por esta distinção, que muito orgulha o concelho.
- ⇒ Eirinhas e Palhão – depois de confirmar a localização com o Sr. Vereador António Santos, disse que vai ver a situação apontada.
- ⇒ Candeeiros – também vai ver a situação.
- ⇒ Informou que os e-mail's da Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho ainda estão na sua correspondência. Em alguns casos teve que pedir informações aos serviços para depois responder.
- ⇒ Estuário da Praia da Vieira – o anterior quadro comunitário acabou, e ele próprio já indagou junto da CCDR se no Portugal 2020 haveria verbas ou programas para incluir esta obra. Disseram-lhe que ainda não. A situação tem que ser vista junto da APA, porque há um protocolo, e em conjunto tem que se tentar obter verba para concluir a obra.
- ⇒ Venda de faturas – vai acompanhar a situação apresentada, porque se colocaram elementos novos.
- ⇒ Sinal em S. Pedro – o sinal está colocado no poste, do outro lado da estrada, e quem sobe não o vê. Foi sugerido colocar o sinal à esquerda.



2 - APROVAÇÃO DA ATA N.º 11, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 14 DE ABRIL DE 2016

245 - Presente a ata n.º 11, da reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 14 de abril de 2016, cuja leitura foi dispensada por ter sido previamente distribuída.

A Câmara delibera, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a sua redação final.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

3 - APROVAÇÃO DO MAPA DE FLUXOS DE CAIXA DA GERÊNCIA ANTERIOR, ANO DE 2015 - RETIFICAÇÃO DE DELIBERAÇÃO CAMARÁRIA DE 26 DE JANEIRO DE 2016

246 - Por deliberação camarária de 26 de janeiro de 2016 foi aprovado o mapa de “Fluxos de Caixa” da gerência anterior, ano de 2015, conforme documentação em anexo I.

Presente informação n.º 16RD/2016, na qual é justificada a necessidade de se ter procedido à retificação da classificação da receita constante da guia de receita n.º 1886/3/2015, no âmbito do projeto “Requalificação Ambiental do Estuário do Lis – Praia da Vieira”.

Considerando que a referida retificação não consubstancia uma alteração aos montantes aprovados na deliberação camarária de 26 de janeiro de 2016, e que resultou do mapa de Resumo Diário de Tesouraria e do Mapa Resumo dos Fluxos de Caixa.

Considerando, no entanto, que a referida retificação determina uma alteração dos movimentos do dia 31 de dezembro de 2015 e dos movimentos acumulados no mesmo dia, nomeadamente, no Resumo Diário de Tesouraria, conforme quadro seguinte:

		<i>Movimentos do dia</i>		<i>Movimentos Acumulados</i>	
		<i>Débito</i>	<i>Crédito</i>	<i>Débito</i>	<i>Crédito</i>
<i>Antes retificação</i>	11 - Caixa	1.768.126,64 €	1.764.459,35 €	30.778.751,76 €	30.758.379,31 €
	11.1 - GAM 4	1.754.097,09 €	1.750.157,43 €	26.180.086,67 €	26.162.062,53 €
<i>Após retificação</i>	11 - Caixa	1.845.163,07 €	1.841.495,78 €	30.855.788,19 €	30.835.415,74 €
	11.1 - GAM 4	1.831.133,52 €	1.827.193,86 €	26.257.123,10 €	26.239.098,96 €

Considerando que a referida retificação determina uma alteração no Mapa Resumo dos Fluxos de Caixa ao nível das receitas orçamentais correntes, as quais passam de 20.973.860,48 euros para 20.998.320,51 euros, e ao nível das receitas de capital, as quais passam de 1.139.119,28 euros para 1.114.659,25 euros.

Considerando que consagradas todas as alterações efetuadas e supra referidas se verifica que o Mapa Resumo dos “Fluxos de Caixa” a 31.12.2015, não apresenta alterações aos valores aprovados em reunião da câmara municipal de 26 de janeiro de 2016, a saber, um saldo para a gerência seguinte de 8.073.885,68 euros, dos quais 7.258.380,92 euros respeitam a Dotações Orçamentais e 815.504,76 euros respeitam a Dotações não Orçamentais.

Atentos os motivos expostos e a documentação presente, a Câmara Municipal, delibera aprovar o Mapa Resumo dos “Fluxos de Caixa” da gerência anterior, ano de 2015, atento o preceituado na alínea i) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, e submetê-lo à apreciação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea l), do n.º 2, do artigo 25º, do mesmo diploma, aquando da remessa a este órgão deliberativo dos

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 22/04/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 12

Documentos de Prestação de Contas de 2015, por fazerem parte integrante dos mesmos, com efeitos a 26 de janeiro de 2016.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

4 - CUMPRIMENTO DO PRECEITUADO NA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ART.º 15.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL – ADENDA À DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTOS EM ATRASO EXISTENTES A 31 DE DEZEMBRO DE 2015 REFERENTE A RECEITAS FISCAIS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA B) DO N.º 1 DO ART.º 15.º DO MESMO DIPLOMA

247 - Presente informação de 29 de fevereiro de 2016 da Divisão Financeira e de Tecnologias de Informação, a informar que nos termos do preceituado no n.º 4 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua redação atual, foi publicado pela Autoridade Tributária e Aduaneira o valor de recebimentos em atraso existentes a 31 de dezembro de 2015 referente a receitas fiscais.

Considerando que nos termos do preceituado na alínea c) do n.º 2 do art.º 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, deve ser apresentada à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal, até 31.01.2016, declaração dos pagamentos e recebimentos em atraso existentes a 31 de dezembro de 2015, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do art.º 15.º do mesmo diploma.

Considerando que à data da deliberação camarária de 26 de janeiro de 2016 a Autoridade Tributária e Aduaneira não tinha publicado o valor dos recebimentos em atraso existentes a 31 de dezembro de 2015, referente a receitas fiscais, de forma a dar cumprimento ao enunciado na legislação supra.

Considerando a divulgação efetuada pela Autoridade Tributária e Aduaneira, a 29 de fevereiro, foi emitida adenda à declaração do Senhor Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande de 22 de janeiro de 2016, conforme documento anexo.

A Câmara Municipal, após análise da documentação, delibera tomar conhecimento da adenda à declaração de recebimentos em atraso existentes à data de 31 de dezembro de 2015 e que respeita ao aditamento dos recebimentos em atraso provenientes de receitas fiscais.

Mais delibera submetê-los à apreciação da Assembleia Municipal, para cumprimento do preceituado na alínea c), do n.º 2, do artigo n.º 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual e em cumprimento do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
22/04/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 12

5 - INVENTÁRIO DE TODOS OS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS E RESPECTIVA AVALIAÇÃO, RELATIVO AO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2015

248 - Presente o Inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação relativo ao exercício económico de 2015.

A Câmara Municipal, após a análise dos documentos e no cumprimento do disposto na alínea i), do nº 1, do artigo 33.º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, delibera aprovar o Inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação, relativo ao exercício económico do ano de 2015, constituído por 2276 páginas, e submetê-lo à apreciação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea l) do nº 2 do artigo 25.º do mesmo diploma legal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

6 - APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2015 DA EMPRESA MUNICIPAL TUMG – TRANSPORTES URBANOS DA MARINHA GRANDE E.M., UNIPessoal, S.A.

No início da discussão deste ponto o Sr. Presidente comunicou o seu impedimento, nos termos do previsto no artigo 69.º, n.º 1, alínea a) do Código do Procedimento Administrativo, uma vez que é o Presidente do Conselho de Administração da TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande E.M. Unipessoal, S.A..

Declarado o impedimento, nos termos do artigo 70.º, n.º 4, do mencionado Código, o Sr. Presidente ausentou-se da sala, sendo substituído pela Sr.ª Vice-Presidente.

249 - Presente Relatório de Gestão e Contas de 2015 da empresa municipal TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande E.M. Unipessoal, S.A., referente à sua atividade económica e financeira no referido exercício económico, bem como documento de Certificação Legal das Contas e Relatório e Parecer do Fiscal Único, acompanhados da Ata da Assembleia Geral do dia 19 de abril 2016.

A Câmara Municipal delibera tomar conhecimento do teor dos documentos e remeter os mesmos, nos termos da alínea ccc) do nº 1 do art.º 33.º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, à Assembleia Municipal, para cumprimento do preceituado na alínea b) do nº 2 do art.º 25.º do mesmo diploma.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

7 - APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2015 DE ENTIDADES PARTICIPADAS PELO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE: ADCL – ÁGUAS DO CENTRO LITORAL, S.A., VALORLIS, S.A., LUSITÂNIA GÁS, S.A. CENTIMFE, OPEN E COOPOVO CRL

250 - Presentes as contas do exercício de 2015 das entidades participadas pelo Município da Marinha Grande, a saber:

- Relatório e Contas do exercício económico de 2015 da entidade ADCL - Águas do Centro Litoral, S.A. acompanhadas de Certificação Legal de Contas e Relatório e Parecer do Fiscal Único.
- Relatório e Contas do exercício económico de 2015 da entidade VALORLIS – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. acompanhadas de Certificação Legal de Contas e Relatório e Parecer do Fiscal Único.
- Relatório de Gestão e Contas do exercício económico de 2015 da entidade LUSITANIAGÁS, S.A., acompanhadas de Certificação Legal de Contas e Relatório e Parecer do Fiscal Único.
- Relatório e Contas do exercício económico de 2015 da entidade CENTIMFE – Centro Tecnológico da Indústria de Moldes, Ferramentas Especiais e Plásticos, acompanhadas de Certificação Legal de Contas e Parecer da Comissão de Fiscalização.
- Relatório e Contas do exercício económico de 2015 da entidade OPEN - Associação para Oportunidades Específicas de Negócio, acompanhadas de Certificação Legal de Contas e Parecer da Comissão de Fiscalização.
- Relatório e Contas do exercício económico de 2015 da entidade COOPOVO – Cooperativa de Consumo do Povo da Marinha Grande, CRL, acompanhadas de Certificação Legal de Contas e Parecer do Conselho Fiscal.

A Câmara Municipal delibera tomar conhecimento do teor dos documentos e remeter os mesmos, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro à Assembleia Municipal para cumprimento do preceituado na alínea b) do n.º 2 do art.º 25.º, do mesmo diploma.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

8 - DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE RELATIVOS AO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2015

O **Sr. Presidente** fez uma breve explicação das contas de 2015, tendo solicitado a presença da Chefe da Divisão Financeira e de Tecnologias da Informação, **Dr.ª Sandra Paiva**, para responder às questões técnicas que foram colocadas nas intervenções dos **Srs. Vereadores António Santos, Aurélio Ferreira e Vítor Pereira**.

Antes de os documentos serem postos a votação, o **Sr. Presidente** interrompeu a reunião, para um breve intervalo, que decorreu das 16:10 horas às 16:20 horas.

251 - Presentes os Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano de 2015, constituídos por:

- Balanço
- Demonstração de Resultados
- Mapas de Execução Orçamental
- Anexos às Demonstrações Financeiras
- Relatório de Gestão
- Certificação Legal das Contas
- Relatório de Auditoria

e restantes documentos de prestação de contas, conforme as Instruções n.º 1/2001 da 2.ª Secção do Tribunal de Contas, Resolução n.º 4/2001 – 2.ª Secção, de 12 de julho, publicada no diário da República n.º 191 – 2.ª Série de 18 de agosto de 2001, na redação dada pela Resolução n.º 26/2013 de 14 de novembro, publicada em Diário da República, 2.ª Série de 21 de novembro de 2013, Resolução n.º 44/2015 de 18 de novembro, publicada em Diário da República de 25 de novembro de 2015, os quais se encontram integralmente elaborados, para apreciação e votação devendo posteriormente ser arquivados na Área de Contabilidade, estando disponíveis para consulta, quando para tal for solicitado.

A Câmara Municipal, após apreciação dos documentos indicados e no cumprimento da alínea i), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, delibera aprovar os Documentos de Prestação de Contas do ano de 2015 e submetê-los à apreciação e votação da Assembleia Municipal, para cumprimento do preceituado na alínea l), do n.º 2, do artigo 25.º, do mesmo diploma.

Mais delibera, nos termos do ponto 2.7.3.1 das Considerações Técnicas do POCAL, aprovado pelo Decreto - Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, na sua redação atual, propor à Assembleia Municipal que aprove a aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2015, no montante de 3.738.556,76 euros da seguinte forma:

- 5% sob a forma de reservas legais, tal como estipula o ponto 2.7.3.5. do referido diploma;
- o restante seja aplicado na conta 59 de resultados transitados.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores da CDU.

O Sr. Vereador António Santos proferiu a seguinte declaração de voto:

“Eu votei favoravelmente mas sem contudo deixar alguns reparos:

A questão do ativo imobilizado – existem bens imóveis pertencentes ao município não reflectidos nas contas.

A questão da dívida ao IHRU – actualmente cifra-se em 1.816.687 € a que acresce os juros de 478.164 €. É uma situação que não abona em nada a edilidade pelo que ainda devia ser reavaliada em 2016.”

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira proferiu a seguinte declaração de voto:

“Gostaria de elogiar a forma cuidada como estão elaborados os documentos de prestação de contas apresentadas nos relatórios de gestão e de auditoria.

Infelizmente para a nossa terra, elas revelam uma falta de orientação e de capacidade de execução na concretização de projectos por parte deste executivo.

Tenho receio que as disponibilidades sejam reservas para a realização de obras de fachada avulsas ou até de obras importantes sem a discussão e sem planeamento que se lhe exigiria, dado o período eleitoral que se aproxima.

Alguns factos registados nos documentos:

- A taxa de execução da despesa é muito baixo, com a taxa de despesa de capital a ser pouco mais de 50%;*
- As receitas de capital voltaram a cair drasticamente, pelo segundo ano consecutivo, o que era previsível pela redução dos fundos comunitários. A câmara tendo este conhecimento continuou a empolar estrondosamente o orçamento;*
- Os saldos de gerência continuam elevadíssimos, recebemos de 2014 cerca de 5 milhões de euros e chegamos ao final de 2015 com praticamente 8 milhões, demonstrando a incapacidade de gerir correctamente um orçamento e sobretudo a impotência para realizar obra, algumas tão necessárias;*
- Aumento de impostos directos e indirectos. Apenas como exemplo a derrama aumentou 50% (de 1,3€ para 2M€), as taxas das obras aumentaram 20% (de 80.000€ para 103.000€) e até as licenças especiais de ruído para as empresas passou de 800€ para mais de 10.000€;*
- As transferências do estado também aumentaram, com relevância para o IRS que aumentou 30% (de 1,3M€ para 1,7M€);*
- Os municípios pagaram mais 10% do saneamento (1,3 M€);*
- Verifica-se uma redução de 70.000€ para instituições sem fins lucrativos, incluindo bombeiros e colectividades;*

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 22/04/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 12

- Regista-se um aumento de 600.000€ (de 350.000€ para quase 1M€) nos transportes rodoviários;
- A TUMG recebeu 722.000€, no entanto temos menos passageiros a viajar na TUMG;
- A poupança aumentou quase 20% (quase 6M€);
- Os resultados líquidos do exercício crescem quase 30% (quase 4M€);
- Temos mais de 8M€ em disponibilidades, incluindo um depósito a prazo de 4M€;
- Continua o desconhecimento da totalidade do imobilizado, por isso não é possível confirmar o património total pertencente à Câmara;
- A dívida dos 52 fogos do Camarnal continuam cabimentados, mas não pagos. Com tudo isto o IHRU já aumentou a dívida, só de juros somaram mais quase 500.000€

Avaliando estes dados podemos concluir:

- *Realço o facto da Câmara da Marinha Grande não estar endividada;*
- *Continua a aumentar os lucros com milhões de euros em depósitos bancários;*
- *Os munícipes e as empresas continuam a pagar cada vez mais impostos;*
- *As obras a realizar não respondem às necessidades do concelho, sendo evidente a falta de algumas estruturantes;*
- *Diminuímos o investimento em instituições sem fins lucrativos, bombeiros e colectividades*

Em conclusão da análise ao relatório de gestão podemos afirmar que existe uma deficiente gestão da Câmara onde os munícipes e as empresas continuam a pagar cada vez mais impostos, mas a Câmara não devolve esse dinheiro na forma de investimentos estruturantes que aumentem a qualidade de vida aos cidadãos.

Quanto à apresentação das contas, o relatório dos auditores e a certificação legal das contas refere que estão apresentadas de forma verdadeira e apropriada. No entanto, fazem recomendações e reservas que devem ser tidas em conta, para mais que algumas são repetidas dos anos anteriores como seja a atribuição de subsídios em que os auditores referem que dada a natureza pública das verbas em causa, é recomendado a revisão do processo de atribuição de subsídios e acompanhamento e monitorização da aplicação dos mesmos com calendário definido previamente e eventuais penalizações por incumprimento. Ora isto é o que ando a dizer há muito tempo, da necessidade de ser feita a revisão.

Dado o parecer técnico favorável por parte dos auditores às contas do Município da Marinha Grande, voto favoravelmente."

O Sr. Vereador Vítor Pereira proferiu a seguinte declaração de voto, também subscrita pela Sr.^a Vereadora Alexandra Dengucho:

"Em primeiro lugar congratulamo-nos pela forma como os documentos são apresentados, bem como pela sua qualidade técnica, o que evidencia um excelente tratamento dos serviços competentes.

Esta é, aliás, uma tónica dos anos anteriores e que é evidenciada pelos auditores. Tal situação permite ao executivo uma grande certeza aquando da apreciação das contas. No entanto, não poderemos deixar de referir que as contas refletem aquilo que foi a atividade municipal durante o ano de 2015. Se são bem apresentadas, se refletem a verdade, elas também refletem aquilo que temos vindo a dizer, isto é, a Câmara não sabe gastar o dinheiro que tem. O enorme saldo da conta de gerência é a prova disso mesmo. Uma situação que em meu entender demonstra o que acabamos de dizer é o facto de em termos das despesas de capital a taxa de execução se ficar por cerca de metade daquilo que tinha sido orçamentado. Outro reparo que deixamos tem a ver com o não pagamento da dívida ao IHRU, em que já tinha havido um pré-acordo verbal. Na realidade, aquando de uma deslocação de mim próprio e do ex-Presidente Álvaro Pereira ao IHRU, os termos do pagamento ficaram, no essencial, acordados. Não se compreende que passado quase um ano não se tenha ainda chegado a entendimento."

O Sr. Presidente proferiu a seguinte declaração de voto, também subscrita pela Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira:

"No que respeita à execução orçamental de 2015, cumpre salientar a execução de 102,58% ao nível da receita e a execução de 75,03% ao nível da despesa, taxas de execução superiores às verificadas em anos anteriores o que demonstra o rigor na gestão dos dinheiros públicos.

Cumpre salientar que uma das novas normas da lei das finanças locais atende à boa execução orçamental dos municípios, penalizando os que registam níveis de execução muito baixos, salientando ainda a importância da gestão municipal assente no equilíbrio intergeracional.

O total das despesas de capital por habitante no ano de 2015 ascendem a 121,21euros e no que respeita a despesas de investimento este valor é de 89 euros, considerando uma população total de 38.681 habitantes.

No ano de 2015 regista-se a poupança corrente mais elevada no período de 2011 a 2015, sendo esta de 5.918.049 euros, o que permitiu a afetação deste montante à realização de diversos investimentos no concelho, apesar da diminuição das transferências de capital para as autarquias, considerando, nomeadamente, o fim do QREN e a inexistência de regulamentação relativa ao novo Quadro Comunitário.

No ano de 2015, o saldo da gerência que transita para o ano de 2016, que ascende a 7.258.380 euros, permitirá dar continuidade aos investimentos já previstos e adjudicados em 2015 assim como o início de outros investimentos, em diversas áreas, uns, apenas, com financiamento próprio outros a apresentar ao quadro comunitário, Portugal 2020.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 22/04/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 12

Mantivêmos os impostos municipais nos mínimos legais havendo um extremo cuidado em não onerar o orçamento das famílias.

A mesma determinação se manteve na criação de condições para o desenvolvimento económico e industrial do concelho com a manutenção do Regulamento de Apoio ao Investimento Industrial.

Os valores indicados que o IHRU vem reclamar não respeitam o contrato celebrado entre as partes porque o valor indicado contempla actualização do valor dos imóveis mas não a actualização da comparticipação que é devida à Autarquia.

A declaração de voto do Vereador Aurélio Ferreira, refere na sua declaração de voto situações que lhe foram devidamente esclarecidas na discussão dos documentos e que erradamente persiste em mantê-las, nomeadamente confundir a rubrica “transportes rodoviários” que se referem aos investimentos na rede viária e não em despesas com a empresa municipal TUMG.

Não podemos deixar de estranhar a posição dos Srs Vereadores da CDU, porquanto geriram, connosco, a autarquia mais de metade do ano em apreço.

Houve uma gestão rigorosa dos dinheiros públicos de modo a não onerar as gerações futuras em cumprimento do princípio do equilíbrio intergeracional.

Por tudo isto, pelo rigor e clareza que os documentos apresentam, atestados pela Certificação da Auditora externa, presente nesta reunião e antecipadamente enviado a todos os membros do executivo municipal, as contas do ano de 2015 merecem o nosso voto favorável.”

9 - REQ. N. 600/16, DATADO DE 15/04/2016 – PC N.º 52/16, DATADO DE 10/02/2016 – CARLA SOFIA AMORIM ROSA

252 - Presentes requerimentos n.º 194/16, n.º 423/16 e n.º 600/16, registados em 2016/02/10, 2016/03/18 e 2016/04/15, respetivamente, respeitantes ao processo n.º 52/16, referente a pedido de **licenciamento de obra de demolição** de uma moradia e anexo referentes aos processos camarários n.º 76/1946 e n.º 1844/1962, sitos na Rua Catarina Eufémia, n.º 50, lugar de Amieirinha, freguesia e concelho de Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 17.020 e inscrito na matriz urbana sob o artigo n.º 3.035, bem como o **licenciamento de obra de construção de moradia e muro**, a serem erigidos no referido prédio, apresentado por **CARLA SOFIA AMORIM ROSA**, com o NIF 200811088, residente na Rua Catarina Eufémia, n.º 52, lugar de Amieirinha, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Do prédio objeto do pedido com 1.330,00 m2, serão cedidos ao domínio público 49,60 m2 para passeio. Após a cedência o prédio ficará com a área de 1.280,40m2.

Presente parecer técnico datado de 2016/04/15, que refere que o projeto de arquitetura se encontra apto a ser aprovado.

Após análise da pretensão, bem como o parecer técnico emitido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro do projeto de arquitetura apresentado pelos requerimentos n.º 194/16, n.º 423/16 e n.º 600/16, registados em 2016/02/10, 2016/03/18 e 2016/04/15, respetivamente, respeitantes ao processo n.º 52/16, referente a pedido de licenciamento de obra de demolição de uma moradia e anexo referentes aos processos camarários n.º 76/1946 e n.º 1844/1962 e de licenciamento de obra de construção de moradia e muro, incidente sobre o prédio sito na Rua Catarina Eufémia, n.º 50, lugar de Amieirinha, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 17.020 e inscrito na matriz urbana sob o artigo n.º 3.035, da referida freguesia de Marinha Grande, apresentado por CARLA SOFIA AMORIM ROSA, com o NIF 200811088, residente na Rua Catarina Eufémia, n.º 52, lugar de Amieirinha, freguesia e concelho de Marinha Grande,

Mais delibera ACEITAR A CEDÊNCIA para o domínio público de uma parcela de terreno com a área de 49,60m2, para passeio. Após a cedência o prédio, com a área inicial de 1.330,00 m2, ficará com a área de 1.280,40 m2.

Delibera, ainda, notificar a requerente que, nos termos do n.º 4 do artigo 20.º do RJUE, deverá apresentar, no prazo de seis meses a contar da data da notificação da presente deliberação, os projetos das especialidades aplicáveis.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

10 - REQ. N. 605/16, DATADO DE 18/04/2016 – PC N.º 69/16, DATADO DE 02/03/2016 – SOLO E BETÃO - COMPRA E VENDA DE IMÓVEIS PARA REVENDA E CONSTRUÇÃO CIVIL LDA.

253 - Presente pedido com o registo n.º 605/16, datado de 18/04/2016, relativo a licenciamento de obras de urbanização, a executar na Rua Zeca Afonso, Comeiras, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 69/16, com data de entrada de 02/03/2016, apresentado por **SOLO E BETÃO - COMPRA E VENDA DE IMÓVEIS PARA REVENDA E CONSTRUÇÃO CIVIL LDA**, com o NIPC 504 583 875, com sede na Rua dos Fundadores, n.º 12, Picassinós, freguesia e concelho da Marinha Grande, a realizar no âmbito do processo de licenciamento n.º 510/15, para construção de edifício industrial;

Presente informação técnica, datada de 04/04/2016, que atesta encontrarem-se os projetos relativos às obras de urbanização pretendidas devidamente elaborados e em condições de merecer deferimento;

Presente informação técnica, datada de 18/04/2016, atestando que o processo se encontra em condições de merecer deferimento;

Presente minuta de contrato relativo à realização das obras de urbanização a que se reporta o presente processo;

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a obras de urbanização, a executar na Rua Zeca Afonso, Comeiras, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 69/16, com data de entrada de 02/03/2016, apresentado por SOLO E BETÃO - COMPRA E VENDA DE IMÓVEIS PARA REVENDA E CONSTRUÇÃO CIVIL LDA, com o NIPC 504583875, com sede na Rua dos Fundadores, n.º 12, Picassinos, freguesia e concelho da Marinha Grande, a realizar no âmbito do processo de licenciamento n.º 510/15, para construção de edifício industrial;

Delibera, igualmente, aprovar a minuta do contrato de urbanização, relativo às obras de urbanização a que se reporta o presente processo, anexo a este, e que passa a ser parte integrante da presente deliberação;

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

- 1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**
- 2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.**
- 3.- Deverá apresentar caução para a garantia da boa execução das obras de urbanização, nos termos do disposto no artigo 54 do RJUE, no valor de 19.123,14 € (dezanove mil, cento e vinte e três euros e catorze cêntimos);**
- 4.- Após conclusão dos trabalhos, deverão ser apresentadas as respetivas Telas Finais.**

Anexo
CONTRATO DE URBANIZAÇÃO

(Artigo 55º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro)

Entre:

CÂMARA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE, detentora do NIPC 505 776 758, com sede na Praça Guilherme Stephens, 2430-522, Marinha Grande, freguesia e concelho da Marinha Grande, representada, nos termos gerais, pelo seu Presidente, Paulo Jorge Campos Vicente, que outorga em execução da deliberação tomada em reunião de Câmara havida a 14/04/2016, adiante designada por PRIMEIRA OUTORGANTE;

E

SOLO E BETÃO - COMPRA E VENDA DE IMÓVEIS PARA REVENDA E CONSTRUÇÃO CIVIL Lda, detentora do NIPC 504 583 875, com sede na rua dos Fundadores, n.º 12, Picassinós, freguesia e concelho da Marinha Grande, representada pelos seus representantes legais, adiante designada por SEGUNDA OUTORGANTE;

CONSIDERANDO QUE,

- a) A SEGUNDA OUTORGANTE é proprietária do terreno composto pelo prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o número 12304, inscrito na Matriz Predial Rústica sob o artigo 1142, da freguesia e concelho da Marinha Grande;
- b) Foi solicitada, com o requerimento 1982/15, licença para construção de um edifício industrial no terreno referido na alínea anterior;
- c) De acordo com o Plano Diretor Municipal da Marinha Grande, o terreno em que se pretende erigir a unidade industrial situa-se numa área abrangida pela Restante Área Urbana do Aglomerado urbano da Marinha Grande, não dispondo atualmente de infraestruturas de abastecimento de água e de acesso viário;
- d) A ausência de infraestruturas de abastecimento de água e de acesso viário é razão de indeferimento do processo de licenciamento, nos termos do n.º 5 do artigo 24º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, adiante designado por RJUE;
- e) A SEGUNDA OUTORGANTE apresentou, a 7 de janeiro de 2016 o respetivo projeto de obras de urbanização, sanando-se, assim, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 25º do RJUE, as razões de indeferimento referidas na alínea anterior;
- f) Os processos de licenciamento da unidade industrial e de execução das obras de urbanização, foram aprovados, nos termos do disposto no artigo 23º do RJUE, em reunião de Câmara de 14 de abril de 2016.

Assim,

FOI AJUSTADO E RECIPROCAMENTE ACEITE, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS DO DISPOSTO NO ARTIGO 25º DO RJUE, O CONTRATO DE URBANIZAÇÃO CONSTANTE DAS CLÁUSULAS SEGUINTE:

CLÁUSULA 1ª

- 1) A SEGUNDA OUTORGANTE submeteu a controlo prévio da PRIMEIRA OUTORGANTE a operação urbanística relativa à construção de um edifício industrial no terreno composto pelo prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o número 12.304, inscrito na Matriz Predial Rústica sob o artigo 1.142, da freguesia e concelho da Marinha Grande;
- 2) Esta operação urbanística pressupõe a realização de obras de urbanização, fora do prédio da SEGUNDA OUTORGANTE e em espaço público, sujeitas à realização de contrato de urbanização;

CLÁUSULA 2ª

O presente contrato é celebrado nos termos do n.º 3 do artigo 25º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro (RJUE), obrigando-se a SEGUNDA OUTORGANTE a proceder à execução das obras de urbanização, relativas ao prolongamento e requalificação do acesso viário, iluminação pública e execução de rede pública de abastecimento de água.

CLÁUSULA 3ª

As obras mencionadas na cláusula anterior são as constantes dos projetos específicos apresentados pelo requerimento n.º 16/16 e pelos aditamentos n.º 407/16, 573/16 e 605/16, aprovados em reunião de Câmara de 22 de abril de 2016, que fazem parte integrante do processo de licença de construção n.º 69/16, em nome da SEGUNDA OUTORGANTE.

CLÁUSULA 4ª

- 1) O valor das obras a realizar é de 19.123,14 € (dezanove mil, cento e vinte e três euros e quatorze cêntimos).
- 2) O valor mencionado no número anterior é fixo e independente de quaisquer alterações que ocorram no decurso das obras objeto do presente contrato.

CLÁUSULA 5ª

- 1) A SEGUNDA OUTORGANTE prestará caução para garantir a boa e regular execução das obras previstas no presente contrato.
- 2) A caução prevista no número anterior, de valor correspondente ao valor previsto na cláusula n.º 4, nos termos do n.º 3 do artigo 54 do RJUE, poderá ser prestada, por acordo entre as partes, mediante depósito em dinheiro, garantia bancária ou seguro caução.
- 3) A PRIMEIRA OUTORGANTE procederá, por solicitação da SEGUNDA OUTORGANTE, à redução e cancelamento da caução, nos termos do artigo 54º do RJUE.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
22/04/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 12

CLÁUSULA 6ª

- 1) As obras previstas no presente contrato deverão ser realizadas no prazo de quatro meses, a contar da data de emissão do respetivo alvará de licença de construção.
- 2) O prazo referido no número anterior poderá ser alterado, por solicitação da SEGUNDA OUTORGANTE, nos termos do artigo 53º do RJUE.

CLÁUSULA 7ª

- 1) A PRIMEIRA OUTORGANTE disporá dos poderes de fiscalização que legalmente lhe assistem, em matéria de realização das obras de urbanização, no que respeita à realização, pela SEGUNDA OUTORGANTE, das obras previstas no presente contrato.
- 2) Sempre que em ação de fiscalização a PRIMEIRA OUTORGANTE detete que a realização das obras previstas no presente contrato não obedece aos projetos aprovados e às condições neles fixadas, pode ordenar à SEGUNDA OUTORGANTE, fixando-lhe o prazo necessário, que proceda à regularização da situação.
- 3) Sempre que se verifique uma situação de incumprimento, por parte da SEGUNDA OUTORGANTE, das obras a que se reporta o presente contrato, resultante, designadamente, de não acatamento de instruções dadas no âmbito do número anterior, suspensão não autorizada ou abandono injustificado das obras, a PRIMEIRA OUTORGANTE pode promover, por conta da SEGUNDA OUTORGANTE, a realização das obras em causa.
- 4) Na situação prevista no número anterior, as despesas serão pagas por força da caução prestada, nos termos da cláusula 5ª do presente contrato.

CLÁUSULA 8ª

Às receções provisória e definitiva das obras previstas no presente contrato, aplicar-se-á o disposto no artigo 87º do RJUE

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

11 - REQ. N. 1982/15, DATADO DE 30/12/2015 – PC N.º 510/15, DATADO DE 30/12/2015 – SOLO E BETÃO - COMPRA E VENDA DE IMÓVEIS PARA REVENDA E CONSTRUÇÃO CIVIL LDA.

254 - Presente pedido com o registo n.º 1982/15, datado de 30/12/2016 relativo a **licenciamento de edifício industrial**, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 12.304 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 1.142, da freguesia e concelho da-Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 510/15, com data de entrada de 30/12/2016, apresentado por **SOLO E BETÃO - COMPRA E VENDA DE IMÓVEIS PARA REVENDA E CONSTRUÇÃO CIVIL LDA**, com o NIPC 504 583 875, com sede na Rua dos Fundadores, n.º 12, Picassinos, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Presente informação técnica, datada de 11/04/2016, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido, condicionando a emissão do respetivo alvará de licença de construção, nos termos do n.º 3 do artigo 25.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, à prévia celebração, com a Câmara Municipal, do contrato de urbanização referente às obras de urbanização constantes do processo n.º 69/16;

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2016, de 9 de setembro, o pedido relativo a licenciamento de construção de edifício industrial, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 12304 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 1142, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 510/15, com data de entrada de 30/12/2016, apresentado por SOLO E BETÃO - COMPRA E VENDA DE IMÓVEIS PARA REVENDA E CONSTRUÇÃO CIVIL LDA, com o NIPC 504 583 875, com sede na Rua dos Fundadores, n.º 12, Picassinós, freguesia e concelho da Marinha Grande;

MANDAR EMITIR A CERTIDÃO requerida, comprovativa de que o edifício, tal como foi licenciado, reúne os requisitos para que possa ser submetido ao Regime de Propriedade Horizontal, nos termos previstos no artigo 1414.º e seguintes do Capítulo VI (Propriedade Horizontal) do Código Civil em vigor.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

- 1 -** Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
- 2 -** A emissão do alvará de licença de construção é condicionada, nos termos do n.º 3 do artigo 25.º do RJUE, à prévia celebração, com a Câmara Municipal, do contrato de urbanização referente às obras de urbanização constantes do processo n.º 69/16, titulado pelo mesmo requerente;
- 3.-** Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.
- 4.-** Deverá assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**12 - REQ. N. 449/16, DATADO DE 24/03/2016 – PC N.º 460/15, DATADO DE 09/12/2015
– LUÍS CARLOS FERREIRA MENDES E VANESSA ISABEL VENTURA PEDROSO DOS
SANTOS**

255 - Presente processo n.º 460/15, registados em 2015/12/09, referente ao pedido de licenciamento de uma obra de construção de moradia, anexo e muro, a serem erigidos no prédio sito na Rua Álvaro Domingues, freguesia e concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 10.362 e inscrito na matriz rústica sob o artigo n.º 9.079, da referida freguesia de Marinha Grande, apresentado por **LUÍS CARLOS FERREIRA MENDES**, com o NIF 233968717, residente na Rua da Indústria Vidreira, n.º 94 - 1.º dtº, freguesia e concelho de Marinha Grande, e por **VANESSA ISABEL VENTURA PEDROSO DOS SANTOS**, com o NIF 241190436, residente na Rua Santa Isabel, n.º 15, freguesia e concelho de Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de Câmara de 2016/02/18.

Do prédio objeto do pedido com 645 m2, serão cedidos ao domínio público 37,40 m2 para passeio. Após a cedência o prédio ficará com a área de 607,60 m2.

Presentes projetos das especialidades, devidamente instruídos com declaração de responsabilidade do seu autor, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 1 do artigo 10.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro.

Presente parecer técnico, datado de 2016/04/14, que atesta, encontrar-se o processo em condições para que a Câmara Municipal tome uma deliberação sobre o pedido.

Após análise da pretensão, bem como do parecer técnico datado de 2016/04/14, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o processo n.º 460/15, registados em 2015/12/09, referente ao pedido de licenciamento de uma obra de construção de moradia, anexo e muro, a serem erigidos no prédio sito na Rua Álvaro Domingues, freguesia e concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 10.362 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 9.079, da referida freguesia de Marinha Grande, apresentado por **LUÍS CARLOS FERREIRA MENDES, com o NIF 233968717, residente na Rua da Indústria Vidreira, n.º 94 - 1.º dtº, freguesia e concelho de Marinha Grande, e por **VANESSA ISABEL VENTURA PEDROSO DOS SANTOS**, com o NIF 241190436, residente na Rua Santa Isabel, n.º 15, freguesia e concelho de Marinha Grande, com projeto de arquitetura aprovado na reunião de Câmara Municipal de 2016/02/18.**

Em consequência do licenciamento do pedido, do prédio com 645,00 m2, serão cedidos ao domínio público 37,40 m2 para passeio. Após a cedência o prédio ficará com a área de 607,60 m2.

Mais delibera:

- 1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
- 2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.
- 3- Deverá assegurar a instalação do recetáculo postal domiciliário a ser efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06 de Abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04 de Setembro, e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98.
- 4- Os muros de vedação a construir junto da via pública, deverão observar o disposto no artigo 18.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.
- 5- Deverá assegurar execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.
- 6- Aquando do início da construção, após abertura das fundações, deverá o requerente solicitar a deslocação dos serviços da Fiscalização à obra, para verificação da sua implantação.
- 7- A concessão da autorização de utilização fica condiciona à prévia apresentação da certidão da Conservatória do Registo Predial atualizada com registo da cedência ao domínio público de 37,40 m2 do prédio objeto do pedido.
- 8- Deverá solicitar aos serviços camarários de Águas e Saneamento a ligação da rede de água e rede de água residual doméstica, às redes públicas de abastecimento de águas e residuais domésticas existentes na rua.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

13 - REQ. N. 599/16, DATADO DE 15/04/2016 – PC N.º 136/16, DATADO DE 15/04/2016 – BRAUN'S SOHNE - PORTUGAL, LDA

256 - Presente requerimento n.º 293/16, datado de 2016/03/01, subscrito por **BRAUN'S SOHNE - PORTUGAL, LDA**, com o NIPC 507 540 891, com sede na Rua dos Metalúrgicos, freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, relativo ao processo n.º 136/16, datado de 15/04/2016, que se reporta ao pedido de **emissão de certidão de destaque de parcela**, com a área de 9.053,00 m2, sobre o terreno sito em Outeiros da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, confrontando a **norte** com a Travessa da Indústria e Empresa de Limas União Tomé Feteira, Lda., a **sul** com a rotunda Empresa de Limas Tomé Feteira e rua dos Metalúrgicos, a **nascente** com Tomé Feteira, S.A e Empresa de Limas União Tomé Feteira, Lda., a **poente** com a rua Serração do Lis e Seferino Tomé Silva Letra, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 2.979

e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 2.710 com a área total de 17.130,00m², nos termos previstos no n.º 4 do artigo 6.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro;

Presente parecer técnico datado de 17/04/2016 que atesta estarem preenchidos os requisitos legais necessários à realização da operação de destaque de uma parcela de terreno com a área de 9.053,00 m², propondo a emissão da respetiva certidão comprovativa.

Após análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

MANDAR EMITIR A CERTIDÃO comprovativa da verificação dos requisitos do destaque para efeitos de registo predial, nos termos do n.º 9 do artigo 6.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, por se verificar que a operação de destaque de uma parcela de terreno sobre o prédio sito em Outeiros da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, confrontando a norte com a Travessa da Indústria e Empresa de Limas União Tomé Feteira, Lda., a sul com a Rua dos Metalúrgicos, a rotunda Empresa de Limas Tomé Feteira e Braun's Sohne – Portugal, Lda, a nascente com Tomé Feteira, S.A e Empresa de Limas União Tomé Feteira, Lda. e a poente com a rua Serração do Lis e Seferino Tomé Silva Letra, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 2979 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 2710, com a área total de 17.130,00m², solicitada por BRAUN'S SOHNE - PORTUGAL, LDA, com o NIPC n.º 507 540 891, com sede na rua dos Metalúrgicos, freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, reúne as condições expressas no n.º 4 do artigo 6.º do mencionado diploma legal, dado que o prédio em causa se situa no perímetro urbano de Vieira de Leiria e as duas parcelas resultantes do destaque confrontam com arruamento público, sendo que a parcela a destacar, com a área de 9.053,00 m², confronta a sul com a rotunda Empresa de Limas Tomé Feteira e rua dos Metalúrgicos e a parcela remanescente, com 7.453,00 m², confronta a norte com a travessa da Indústria e Empresa de Limas União Tomé Feteira, Lda. e a poente com Rua dos Outeirinhos.

Mais delibera que na certidão a emitir deve constar o seguinte:

- a) Cada parcela apresenta-se vinculada ao cumprimento dos indicadores urbanísticos preceituados pelo PDM da Marinha Grande para o Aglomerado Urbano de Vieira de Leiria, constantes no n.º 9 do artigo 5º do seu regulamento;**
- b) A obrigatoriedade de inscrição do ónus de não fracionamento das parcelas resultantes do destaque, por um período de 10 anos contados da data do mesmo, nos termos do n.º 6 e n.º 7 do artigo 6.º do RJUE, sem o que não poderá ser licenciada ou comunicada qualquer obra de construção nessas parcelas.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**14 - REQ. N. 562/16, DATADO DE 12/04/2016 – PC N.º 129/16, DATADO DE 12/04/2016 –
DIRECÇÃO REGIONAL DE AGRICULTURA E PESCAS DO CENTRO**

257 - Presente pedido de parecer solicitado pela Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Centro, no âmbito do Regime de Regularização estabelecido com caráter extraordinário pelo Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, relativo à exploração avícola denominada como “UP 15 – Quinta do Fagundo” que a empresa Aviliz – Aviários do Liz, Lda., desenvolve nas suas instalações sitas na Quinta do Fagundo, Amieira, Marinha Grande; Presente informação técnica datada de 18/04/2016;

A Câmara delibera INFORMAR, no âmbito do n.º 4 do artigo 8º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, que sobre o pedido em causa foi proferido o seguinte PARECER:

“Após análise dos elementos constantes no pedido em apreço, cumpre informar o seguinte:

1.- Por deliberação tomada em sessão da Assembleia Municipal realizada a 21/09/2015, foi decidido atribuir às instalações denominadas como “UP 15 – Quinta do Fagundo” da empresa Aviliz – Aviários do Liz, Lda, situadas na Quinta do Fagundo, Amieira, freguesia e concelho da Marinha Grande, o reconhecimento de interesse público municipal no âmbito do disposto no Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.

2.- A unidade de produção em causa não detém qualquer título de autorização de utilização;

3.- As atuais instalações compreendem quatro pavilhões de produção e algumas pequenas unidades de apoio destinadas a arrumos, apresentando uma área total de construção de 5.807,00 m²;

4.- Através dos processos de licença de construção n.ºs 727/90 e 728/90, de que resultaram respetivamente as licenças de construção n.ºs 701/90 e 700/90, ambas de 23 de agosto, encontram-se licenciados na sua quase totalidade dois dos pavilhões existentes, com uma área de 2.240,00m²;

5.- As alterações registadas entre a área licenciada e o existente foram objeto de processos de licenciamento, com os números 216/94 e 217/94, que não obtiveram aprovação.

6.- No conjunto, entre as áreas ampliadas e as várias edificações executadas sem a respetiva licença de construção, verifica-se um aumento de área construída, face à licenciada, de 3.567,00 m².

7.- Constata-se igualmente que estas instalações localizam-se a distâncias inferiores a 15,0 m das extremas sul e poente do prédio em que se encontram.

8.- A exploração situa-se numa área designada pelo PDM da Marinha Grande como “agroflorestal”, sendo que o artigo 14º do seu regulamento estabelece o seguinte:

1 – Os espaços agro-florestais identificados na carta de ordenamento do concelho correspondem a áreas cujos solos, consoante a sua capacidade de uso, poderão ter utilização agrícola, florestal ou de pastorícia e avícola.

2 – Nestes espaços é admitida, como actividade complementar, a caça.

3 – Carecem de licença da Câmara Municipal:

As acções de destruição do revestimento vegetal que não tenham fins agrícolas ou florestais;

As acções de aterro ou escavação que conduzam à alteração do relevo natural e das camadas de solo arável.

4 – As construções a licenciar deverão apoiar-se em acessos ou caminhos existentes e serem autónomas em relação ao abastecimento de água e drenagem de esgotos, salvo se o titular custear a totalidade das despesas com a extensão das redes públicas.

9.- Neste contexto, verifica-se que o uso pretendido (avicultura) é compatível com a classe estabelecida para este solo.

10.- Os critérios de edificabilidade estabelecidos pelo mesmo regulamento, no seu artigo 11º são os seguintes:

“(…)

1- Nas áreas não urbanizáveis, sem prejuízo das condicionantes associadas a cada área, nomeadamente RAN e REN, e para além dos casos previstos no artigo anterior e nas áreas de habitat disperso previstas no artigo seguinte, os quais se regem pelas disposições expressas, somente será licenciada a edificação quando esta for destinada à habitação e estiver vinculada à actividade agrícola ou florestal ou de apoio às infraestruturas e nas seguintes condições:

a) Só é permitida a edificação de habitação em parcelas de cadastro com dimensão igual ou superior a 0,5 ha;

b) As novas construções destinadas à habitação terão uma área máxima variável entre 200 m2 e 300 m2, consoante a dimensão da propriedade, nos seguintes termos:

<i>Dimensão da propriedade</i>	<i>Área máxima de construção</i>
<i>De 0,5 ha a 5 ha</i>	<i>200 m2</i>
<i>Superior a 5 ha</i>	<i>300 m2</i>

c) Os edifícios de apoio às actividades agrícolas e florestais, sem prejuízo das limitações associadas a cada área, regem-se pelo disposto na alínea anterior.

2- As construções de novos edifícios nas áreas não urbanizáveis ficam sujeitas às seguintes prescrições de ordem geral:

a) O afastamento mínimo dos edifícios, assim como quaisquer instalações de retenção ou depuração de efluentes (fossas sépticas, etc.), aos limites da parcela é de 15 m;

b) O abastecimento de água, a drenagem de esgotos e as infra-estruturas eléctricas deverão ser resolvidos por sistema autónomo, salvo se o interessado custear a totalidade das despesas com a extensão das redes públicas;

c) As construções de novos edifícios nas áreas não urbanizáveis não poderão exceder os dois pisos para habitação e um piso para os anexos agrícolas;
d) Nas construções com dois pisos, a área de pavimento do piso superior não poderá exceder 60% da área de pavimento do piso térreo ou piso inferior;
e) Exceptuam-se destas duas últimas disposições os silos, depósitos de água e instalações especiais tecnicamente justificadas.
(...)”

11.- Verifica-se, assim, que as edificações existentes não respeitam as alíneas b) do n.º 1, por força da aplicação da alínea c) do mesmo número, e a) do n.º 2, ambas do artigo 11º do regulamento do PDM.

12.- Neste contexto, informa-se que os edifícios existentes violam, atualmente, o disposto nas alíneas b) do n.º 1, por força do disposto na alínea c) do mesmo número, e a) do n.º 2, ambas do artigo 11º do regulamento do PDM da Marinha Grande, sendo atualmente a violação deste Instrumento de Gestão Territorial o obstáculo ao licenciamento da exploração.

13.- Informa-se, igualmente, que de acordo com o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) da Marinha Grande, aprovado por despacho do sr. Vice-Presidente do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), datado de 28/08/2015, no âmbito do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro, que aprovou o Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios (SDFCI), a área em que se encontra a unidade agropecuária está classificada como sendo de risco de incêndio Muito Baixo, localizando-se numa área de ocupação de solo agrícola, sendo a instalação em causa compatível com este Plano.”

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

15 - ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS

258 - A Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Pataias—Capela da Moita, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento da taxa municipal, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para realização Festejos anuais em honra de S. Silvestre com procissão a realizar nos dias 24, 25, 26 e 27 de junho de 2016;
- Autorização para realização de atividades de carácter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal das vias públicas;
- Licença de instalação e funcionamento de Recintos improvisados;
- Licença de publicidade.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 22/04/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 12

A Sociedade de Beneficência e Recreio 1º de Janeiro, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento da taxa municipal, para a realização da atividade a seguir elencada:
-Licença especial de ruído para realização de festa solidária a realizar no dia 6 de maio de 2016.

O Clube Desportivo Moitense, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento da taxa municipal, para a realização da atividade a seguir elencada:
-Licença especial de ruído para realização Torneio de patinagem velocidade a realizar no dia 25 de abril de 2016.

A Associação Amigos do Comboio de Lata, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento da taxa municipal, para a realização da atividade a seguir elencada:
-Licença especial de ruído para realização do evento “Marinha a tempo e horas” nos dias 21 e 22 de maio de 2016;
-Autorização para realização de atividades de carácter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal das vias públicas;
-Licença de instalação e funcionamento de Recintos improvisados;
-Licença de publicidade.
-Licença de ocupação de espaço público.

Presentes informações nºs 20/AF, 21/AF, 22/AF e 23/AF de 18 de abril de 2016, fundamentadas de facto e de direito nos termos do nº 6 do artigo 14º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal, nos termos da alínea a) e b) do nº 3 do artigo 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande, pode isentar as Juntas de Freguesia, as associações de bombeiros, as fundações, as associações culturais, desportivas e recreativas legalmente constituídas, fábricas da igreja, agrupamentos de escolas e associações de pais e encarregados de educação legalmente constituídas e sem fins lucrativos, com sede no concelho da Marinha Grande, do pagamento das taxas previstas no citado Regulamento.

Assim, ao abrigo da competência prevista na alínea a) e b) do nº 3 e n.º 6 do artigo 14.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal delibera, relativamente às atividades identificadas, isentar a Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Pataias—Capela da Moita, a Sociedade de Beneficência e Recreio 1º de Janeiro, o Clube Desportivo Moitense e a Associação Amigos do Comboio de Lata do pagamento das taxas devidas pela emissão das licenças especiais de ruído, das autorizações para realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal das vias públicas, das licenças de instalação e funcionamento de Recintos improvisados, da licença de ocupação de espaço público e das licenças de publicidade.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

16 - CEDÊNCIA DAS INSTALAÇÕES DO POSTO DE TURISMO DE S.PEDRO DE MUEL À ASSOCIAÇÃO PARA A PROMOÇÃO DO TURISMO DE S. PEDRO DE MUEL PARA DIVULGAÇÃO E PROMOÇÃO DE S.PEDRO DE MUEL

259 - Presente requerimento da SPM-Associação para a Promoção do Turismo de S. Pedro de Muel, através de requerimento próprio, com o registo de entrada E/9626/2015, datado de 30 de outubro, a solicitar a cedência das instalações mencionadas em epígrafe, para funcionamento de um espaço que, permita a organização e produção de eventos culturais e desportivos, realização de estágios curriculares na área do turismo e a divulgação e promoção turística de S. Pedro De Muel, durante todo o ano e não só na Época Balnear.

Presente informação n.º 482 da Divisão de Cidadania, Educação e Desporto – D.C.D. - datada de 14/04/2016, na qual é feita uma breve caracterização da resposta cultural promovida pela referida Associação para a população do concelho e turistas em geral.

Considerando a existência do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra;

Considerando que o referido regulamento, designadamente no artigo 2.º, tem por objeto a atribuição de apoios ou benefícios, de qualquer espécie a entidades ou atividades de interesse municipal de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra;

Considerando que o mesmo se aplica à atribuição de apoios ou benefícios que tenham como beneficiários entidades que desenvolvam atividades no concelho da Marinha Grande;

Considerando o requerimento de candidatura da SPM-Associação para a Promoção do Turismo de S. Pedro de Muel, efetuado nos termos do artigo 12.º do referido regulamento;

Considerando que SPM-Associação para a Promoção do Turismo de S. Pedro de Muel, promove atividades culturais e desportivas de relevo, já há alguns anos, não dispondo de instalações próprias,

Considerando que este tipo de resposta potencia a oferta cultural e turística do concelho;

Considerando que a SPM-Associação para a Promoção do Turismo de S. Pedro de Muel, se propõe dinamizar um espaço cuja missão era divulgar e promover o Turismo de S. Pedro;

Considerando que a SPM-Associação para a Promoção do Turismo de S. Pedro de Muel não dispõe de espaço físico para funcionar;

Considerando o interesse manifestado pela referida associação em conferir melhores condições para a programação e produção de eventos culturais e desportivos e divulgação e promoção de S. Pedro de Muel;

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 22/04/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 12

Considerando que as antigas instalações do Posto de Turismo de S. Pedro de Muel se encontram devolutas;

Considerando que a SPM-Associação para a Promoção do Turismo de S. Pedro de Muel entende que o referido espaço físico contribuirá para uma melhoria significativa das condições de funcionamento da Associação e da resposta cultural/turística;

Considerando a área total do espaço em causa (192m2);

Considerando a necessidade de quantificar este tipo de apoio (cedência de instalações) por parte da Câmara Municipal da Marinha Grande, à SPM-Associação para a Promoção do Turismo de S. Pedro de Muel;

Considerando a avaliação técnica efetuada pelo Sr. Eng.º Jorge Junqueira, em anexo, relativamente às instalações em causa, tendo por base as suas atuais condições de conservação, localização, área e valores aplicados para arrendamento;

Considerando o valor apurado em 480,00€ (quatrocentos e oitenta euros) mensais;

Considerando que durante o período de duração de 12 meses do contrato de comodato, o apoio do Município da Marinha Grande à SPM-Associação para a Promoção do Turismo de S. Pedro de Muel, se traduzirá em 5.760€ (cinco mil e setecentos e sessenta euros) /ano.

A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso das competências previstas nas alíneas u) e ee) do n.º1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2015, de 30 de março, concordar com a cedência em regime de comodato, por um período de doze meses, das antigas instalações do Posto de Turismo de S. Pedro de Muel, freguesia e concelho da Marinha Grande, cujo terreno está registado no Património com o n.º de inventário 20560 e o edifício com o número de inventário 20561., para organização e produção de eventos culturais e desportivos, realização de estágios curriculares na área do turismo e a divulgação e promoção turística de S. Pedro De Muel, durante todo o ano e não só na Época Balnear.

Mais delibera aprovar a minuta do contrato de comodato, que se anexa (Anexo 1).

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

17 - PROPOSTA DE FIXAÇÃO DE PREÇO – CATÁLOGO DA EXPOSIÇÃO TEMPORÁRIA “À ESPERA DE ULISSES”, DE MANUELA CASTRO MARTINS

260 - Presente a informação interna I/486/2016 do Museu do Vidro com proposta de fixação de preço do catálogo da exposição temporária “À Espera de Ulisses” da artista

Manuela Castro Martins, para venda nos museus municipais, cujo preço de venda ao público não se encontra estabelecido.

Nesse sentido, por forma a possibilitar a sua venda, e atendendo a que:

- Segundo a alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, compete ainda à Câmara Municipal “criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, (...) de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal”;
- De acordo com a alínea e) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, é da competência da Câmara Municipal “fixar os preços da prestação de serviços ao público pelos serviços municipais ou municipalizados (...)”;
- Os museus municipais são geridos pela Câmara Municipal e disponibilizam para venda ao público publicações alusivas às suas exposições ou ao património local/regional, como forma de dinamização cultural e económica de interesse municipal;

Nesse sentido propõe-se a fixação do preço para o novo catálogo adquirido, de acordo com a seguinte tabela:

DESIGNAÇÃO	PREÇO CUSTO	P.V.P. S/IVA	IVA	P.V.P. C/IVA
Catálogo “À Espera de Ulisses”	1,43 €	2,50 €	-	2,50 €

A Câmara Municipal da Marinha Grande, analisou a proposta e delibera, ao abrigo da alínea e) do n.º 1, do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, através da interpretação por assimilação extensiva, ou, de modo mais lato, no exercício da sua competência para a gestão de instalações, equipamentos, serviços e recursos físicos integrados no património do município, de acordo com a alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a tabela de preços acima indicada e fixar os preços dos bens móveis para venda nos museus municipais nela apresentados.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

18 - RESUMO DE TESOURARIA

Presente resumo da Tesouraria Municipal, referente ao dia vinte e um de abril de dois mil e dezasseis, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica **“Total de Disponibilidades”**: **8.629.357,52 €** (oito milhões, seiscentos e vinte e nove mil, trezentos e cinquenta e sete euros e cinquenta e dois cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
22/04/2016.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 12

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA

261 - Por último, a Câmara delibera por unanimidade aprovar esta ata em minuta, nos termos e para os efeitos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião eram 17:00 horas.

No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O Presidente

A Secretária da reunião